



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos.

SERVIÇO SOCIAL, PRECARIZAÇÃO E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: DESAFIOS À FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO ESTADO DA PARAÍBA

Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas¹
Glayce Kelly Rodrigues Lopes²
Maria do Livramento Sabino dos Santos³
Maria Selma dos Santos Guedes⁴
Maria Clara Ezequiel Bezerra⁵

Resumo: O presente artigo apresenta resultados da pesquisa integrante do projeto de iniciação científica (PIBIC) intitulado "FORMAÇÃO PRECÁRIA, TRABALHO PRECÁRIO: desafios contemporâneos à formação e exercício profissional dos/as assistentes sociais na Paraíba". Propõe-se analisar algumas expressões da precarização na formação profissional e no mercado de trabalho em Serviço Social, identificando os desafios postos ao Projeto Ético-político. Para tanto, foi realizada pesquisa de cunho documental. A pesquisa identificou inúmeras expressões da precarização no bojo do processo de expansão da formação em serviço social e do seu mercado de trabalho, que compõem um cenário de desafios ao projeto profissional do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; Mercado de trabalho; Precarização.

Abstract: This article presents the results of the research on the scientific initiation project (PIBIC) entitled "PREARIOUS TRAINING, PREARIOUS WORK: contemporary challenges to the training and professional practice of social workers in Paraíba". It is proposed to analyze some expressions of precariousness in professional training and in the labor market in Social Work, identifying the challenges posed to the Ethical-Political Project. For that, a documentary research was carried out. The research identified numerous expressions of precariousness in the context of the expansion process of social service training and its labor market, which constitute a scenario of challenges to the professional project of Social Work.

Keywords: Social service; Professional qualification; Job market; Precariousness.

1. INTRODUÇÃO

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: <claraezequiel@hotmail.com>

² Estudante de Graduação. Universidade Estadual da Paraíba.

³ Estudante de Graduação. Universidade Estadual da Paraíba.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Estadual da Paraíba.

⁵ Estudante de Graduação. Universidade Estadual da Paraíba.

O exercício e a formação profissional do assistente social no Brasil, embora seja tema presente na agenda da categoria, possui, ainda, pouca centralidade na produção teórica acadêmica do Serviço Social (Melim, 2016). Contraditório a essa realidade, adensam-se os ataques e desafios postos à profissão diante da conjuntura econômica, social e política brasileira.

Desafios postos, então, ao projeto profissional construído pela categoria de assistentes sociais, nas últimas décadas, em um processo de rupturas com o conservadorismo na profissão no bojo da conjuntura de crise da ditadura militar, bem como as lutas econômicas e o forte enfrentamento da classe trabalhadora ao regime, ou seja, em meio a um período histórico fundamental para a compreensão do tempo presente e as mudanças pelas quais passou o Serviço Social.

As décadas de 1970 e, principalmente, 1980, foram solo fértil para conformar uma concepção de profissão absolutamente diferente de suas origens, visando constituir um corpo profissional hegemonicamente comprometido com a defesa dos direitos sociais na perspectiva da emancipação humana.

As Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), que ordenam o projeto de formação profissional em Serviço Social, são, portanto, fruto de profundas mudanças pelas quais passou a categoria, de ruptura com a hegemonia do conservadorismo na profissão. As Diretrizes são, ao lado do Código de Ética profissional e da Lei de regulamentação da profissão (8.662/1993), instrumentos normativos da profissão que constituem a materialização do Projeto Ético-Político profissional (CFESS, 2011).

A conjuntura dos anos 1990, marcada por uma profunda crise do projeto político de esquerda em nível mundial e nacional e a crescente falta de perspectiva societária e política, se agrava mediante um conjunto de medidas fundadas no neoliberalismo: contrarreforma do Estado e sucateamento dos serviços públicos.

Os anos que seguem à construção do projeto profissional crítico são de diversas mudanças na realidade brasileira. Os anos 1990 marcaram o início de uma forte tendência à privatização da educação que se estende aos dias atuais.

É parte de um determinado momento histórico em que “[...] o capital intensifica a busca por estratégias de enfrentamento à crise que atravessa, no sentido de elevação de suas taxas de produtividade, transformando todas as esferas da vida social em áreas potencialmente lucrativas” (Lima, 2013, p. 01).

Sob a bandeira da democratização do ensino superior, as políticas educacionais das últimas duas décadas privilegiaram o incentivo à abertura de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e, em seguida, a explosão da modalidade de Ensino à Distância (EAD). A privatização da educação superior acompanhou um rebaixamento da qualidade desta esfera de ensino. Ampliou-se a abertura do mercado para a criação de instituições de ensino não universitárias, que não oferecem pesquisa e extensão, mas centralmente cursos de curta duração e/ou à distância.

Nesse sentido, o rebaixamento da formação em Serviço Social, sobretudo pela via do Ensino à Distância, que se multiplica em rápida velocidade e é hoje responsável pela formação de um enorme contingente profissional, representa uma ameaça ao Projeto Ético-Político do Serviço Social e à cultura intelectual da profissão.

Se no âmbito da formação profissional observamos imensos desafios, alguns brevemente supramencionados, cabe assinalar que no âmbito do exercício profissional não é diferente. Na perspectiva neoliberal de restrição e focalização das políticas sociais é notável a desestruturação da Seguridade Social, por meio do sucateamento e privatização da saúde e previdência pública, paralelo a uma desproporcional ampliação da política de assistência social, com um forte apelo assistencialista no combate à extrema pobreza. Esta tendência reconfigura o mercado de trabalho para assistentes sociais, ampliando-se o número de postos de trabalho, ao passo em que se observa um rebaixamento nas condições de trabalho e salariais. Estes elementos conformam espaços sócio-ocupacionais que requisitam perfis profissionais diferentes do pretendido pelas Diretrizes Curriculares, a saber, profissionais voltados para a gestão da pobreza, por meio de programas sociais cada vez mais restritivos e distanciados da perspectiva do direito social.

Assim, o objetivo do presente artigo é apreender algumas das expressões da precarização da formação profissional e do mercado de trabalho em Serviço Social, a partir da apresentação dos resultados de pesquisa documental, realizada no âmbito da iniciação científica da graduação em Serviço Social.

Considerando-se que este é um fenômeno recente, o mesmo apresenta novos contornos de forma dinâmica. Propõe-se, então, analisar este processo e seus desdobramentos na perspectiva do entendimento dos desafios postos ao Projeto Ético-Político profissional na contemporaneidade.

2. PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS E OS DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS

Ao tratar das inflexões vividas pelo Serviço Social na contemporaneidade, há que se observar o rumo das políticas sociais nas últimas décadas, considerando que estas são o solo majoritário para o desenvolvimento do trabalho dos assistentes sociais, e seu formato determina, ainda, as condições em que se dá a formação profissional, a partir das mudanças vividas pela educação superior. Há que se considerar que essas alterações são movidas pelas determinações econômicas do capital.

Referimo-nos à reestruturação produtiva, às mudanças no mundo do trabalho, de suas repercussões na composição da classe trabalhadora e na cultura do trabalho. Falamos, também, das inflexões na esfera do Estado: a crise dos moldes reformistas utilizados no pré-1970 e seus reflexos para as políticas públicas. Estes elementos situam um período defensivo das lutas dos trabalhadores – em meio a uma crise de alternativa política e ideológica em nível mundial – que implicará, também no Brasil, em importantes transformações.

É sabido que a conjuntura na qual se conformou o Projeto Ético-Político do Serviço Social não permaneceu estática. Várias mudanças ocorreram na sociedade brasileira e estas tiveram seus impactos no curso que vivia a profissão.

Assim, a realidade aberta no país desde os anos 1990, que se prolonga aos dias atuais, promoveu desafios cada dia mais complexos ao Serviço Social. Da formação ao exercício profissional, as inflexões da nova realidade produziram mudanças que precisam ser pontuadas, pois compõem um cenário sócio-histórico diferente do que se gestou o Projeto Ético-Político da profissão.

2.1. Contrarreforma da educação superior e projeto de formação profissional dos assistentes sociais

A expansão do ensino superior brasileiro dos últimos anos tem sido parte de um projeto de contrarreforma do Estado. Orientada pelos organismos financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), é parte do projeto neoliberal de transformação dos direitos conquistados nas décadas anteriores em mercadorias. Desde os anos 1990 a Universidade brasileira tem passado por uma profunda crise “gerada pelas alterações na configuração da luta de classes e da dominação imperialista que exigia a privatização de setores estratégicos do país, entre esses, a educação” (Lima, 2013, p. 07).

Sob a bandeira da democratização do acesso, através de um projeto de contrarreforma, se redesenha o modelo de educação no país. Iniciado no Governo Cardoso (1995-2002), este projeto ganha novas formas a partir de 2003, através de um conjunto de Medidas Provisórias, Projetos de Lei, Leis, Decretos indicando que o projeto de Reforma Universitária foi, de fato, uma prioridade na pauta de ação política do Governo Lula (Lima, 2013).

Entre todos os projetos e decretos que compõem a Reforma Universitária, alguns merecem destaque. São eles a Medida Provisória 213/04, que institui o Programa Universidade para Todos – ProUni; o Decreto 5.622/05 e 5.800/06, que instituem e regulamentam o Ensino à Distância (EAD) e o consórcio de instituições que oferecem esta modalidade, a Universidade Aberta do Brasil (UAB); e o Decreto Presidencial 6.096/07, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

O principal projeto do Governo para a expansão do Ensino Superior, o ProUni, se deu através do incentivo ao mercado educacional, de acordo com as

orientações do Banco Mundial. Após a crise vivida pelas IES privadas por falta de mercado consumidor e as grandes taxas de inadimplência no início dos anos 2000, o ProUni tira da falência diversos grupos empresariais do setor educacional. Através de isenções fiscais milionárias, o Governo Lula iniciou uma verdadeira transferência (mesmo que indireta) de dinheiro público, na compra das vagas ociosas das IES privadas para oferecer bolsas de estudo à estudantes oriundos da rede pública de ensino.

Outro marco na expansão da educação superior brasileira está relacionado ao decreto que regulamenta o Ensino à Distância no Brasil. Esta modalidade de ensino, extremamente lucrativa pelo seu baixo custo, tornou-se setor privilegiado de investimento nos últimos anos e segue um ritmo acelerado de crescimento.

Questiona-se, entretanto, a qualidade dessa modalidade, diante da ausência de efetiva relação pedagógica e de participação na vida acadêmica, ausência do fundamental tripé ensino-pesquisa-extensão e a inserção em movimentos sociais, além das irregularidades que permeiam a EAD⁶.

Em suma, a contrarreforma da educação implementada pelos governos brasileiros tem como marca a expansão do acesso ao ensino superior através da ampliação do setor privado, do empresariamento da educação e da certificação em larga escala, em um aumento quantitativo do acesso ao ensino superior pela via do rebaixamento da qualidade da formação acadêmica.

De forma diametralmente oposta aos rumos do ensino superior brasileiro, encontra-se o projeto de formação profissional do Serviço Social. O perfil profissional de assistentes sociais construído pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, coerente com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, pretende uma formação profissional generalista, com ênfase em um rigoroso aprofundamento teórico, histórico e metodológico. Estes princípios buscam tornar o assistente social sujeito competente para compreensão crítica da realidade social na qual

⁶ O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) produziu dois importantes materiais que tomam nota de inúmeras irregularidades no Ensino à Distância. São duas cartilhas intituladas “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social”, volumes 01 e 02. Ambas disponíveis em: www.cfess.org.br.

está inserido, bem como das políticas públicas e de seus usuários, em suas determinações sócio-históricas e complexidade.

Nisso residem os desafios à formação profissional. O processo de desqualificação da formação universitária, afeta a formação em Serviço Social e ameaça frontalmente o projeto previsto nas Diretrizes Curriculares. Rebaixa a qualidade da formação em um tempo histórico cada vez mais complexo, que requisita dos profissionais maior domínio da teoria crítica para seu entendimento e a elaboração de estratégias profissionais coerentes com o Projeto Ético-Político.

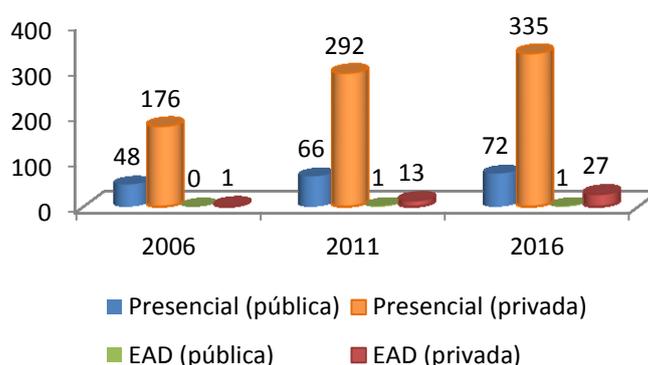
Nesse sentido, a contrarreforma do ensino superior afeta diretamente o projeto de formação profissional preconizado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. É importante destacar que a precarização no processo formativo atinge também as Instituições Públicas de Ensino. Assim, o perfil do profissional formado em meio ao processo de contrarreforma universitária no Brasil será um perfil que tende ao empobrecimento profissional. Inclina-se a uma prática que retoma e renova o conservadorismo na profissão, incapaz de escapar das artimanhas ideológicas do voluntarismo, tecnicismo, pragmatismo, da prática rotineira e burocratizada, do empiricismo. Isto porque as demandas do Serviço Social aparecem na forma individualizada, e a prática irreflexiva nos leva a respostas individualizadas.

Os elementos acima destacados, levaram à realização de pesquisa documental acerca das características da expansão do Serviço Social no âmbito da formação superior brasileira, em que considerou-se os dados dos anos de 2006, 2011 e 2016, para fins de viabilidade da pesquisa, em que não seria possível fazer o acompanhamento anual destes dados. O recorte temporal justifica-se considerando os principais fenômenos que influenciaram e influenciam a expansão e precarização do ensino superior brasileiro, tratados anteriormente neste item do presente artigo. Apresentamos, a seguir, alguns dos resultados da referida pesquisa.

Nos dados pesquisados do Censo da Educação Superior apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), entre os anos de 2006 e 2016 verifica-se o aumento de cerca de 93,33% do número de

cursos de Serviço Social no país (gráfico 1). Do total de cursos ofertados atualmente, 93,56% correspondem a modalidade presencial, porém, desse montante apenas 16,55% são pertencentes à IES públicas. Apesar do percentual de cursos aparentemente reduzido, é relevante ressaltar que as IES na modalidade EAD contam com diversos polos espalhados por todo o país, o que lhes garantem um número de vagas significativamente superior a modalidade presencial.

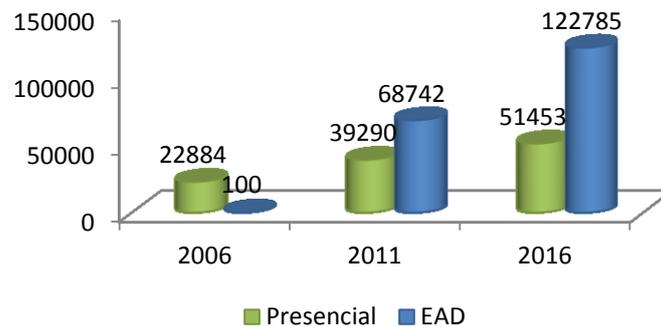
Gráfico 1 – Número de cursos de graduação em Serviço Social no Brasil por modalidade e por esfera nos anos de 2006, 2011 e 2016



Fonte: Sinopses Estatísticas do INEP/MEC.

Ao observar a oferta de vagas entre os anos de 2006 e 2016 (gráfico 2), identifica-se um crescimento exorbitante nos cursos à distância. Enquanto as vagas ofertadas por cursos presenciais exibiram um aumento de 124,84%, no ensino à distância o percentual foi de 122.685%. Diante disso, em consequência dos baixos custos de investimento e alto retorno financeiro, fundamentado pela disponibilização de um grande número de vagas, o ensino à distância apresenta-se como uma via notavelmente lucrativa no setor educacional, principalmente nos cursos da área de humanas, como é o caso do Serviço Social.

Gráfico 2 – Perfil da oferta de vagas para o curso de graduação em Serviço Social no Brasil por modalidade nos anos de 2006, 2011 e 2016

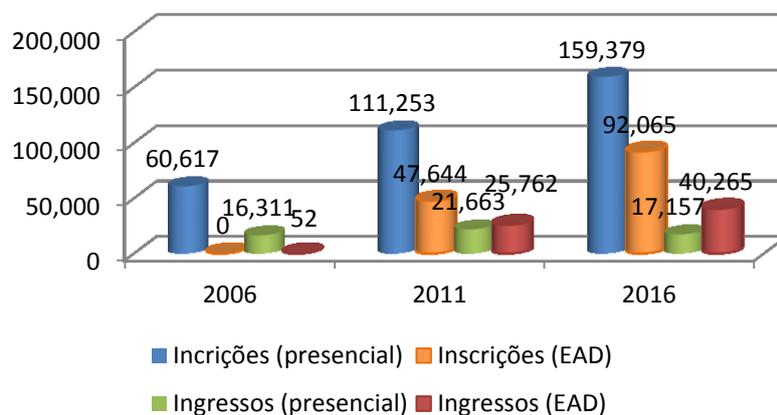


Fonte: Sinopses Estatísticas do INEP/MEC

Quando analisamos a quantidade de candidatos ingressos, mais uma vez nota-se a discrepância acentuada entre as modalidades. Na medida em que se percebe um aumento de forma ascendente na modalidade EAD (gráfico 3), a qual passa de 52, em 2006, à 40.265 ingressantes no ano de 2016, ou seja, um crescimento de 77.332,69%, na modalidade presencial os dados revelam um aumento 32,81% no ano de 2011, contudo, em relação ao ano de 2016, o movimento é descendente, representando uma diminuição de 20,80%. É relevante destacar que do quantitativo de alunos ingressos no curso de Serviço Social no referido ano, somente 29,87% foram na modalidade presencial.

Embora os dados dos ingressos nos cursos à distância se sobreponham aos presenciais, ao averiguar a quantidade de candidatos inscritos constata-se que a primeira opção desses ainda é o ensino presencial. Do total de candidatos registrados em 2016 cerca de 63,38% se inscreveram nessa modalidade, o que permite pressupor que a tendência é o preenchimento das vagas nos cursos à distância em decorrência da não inserção no ensino presencial.

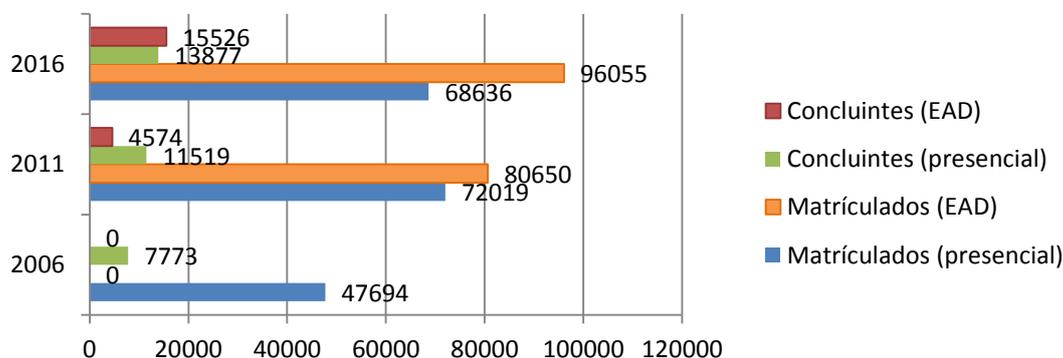
Gráfico 3 – Candidatos inscritos e ingressos para o curso de graduação em Serviço Social no Brasil por modalidade e por esfera nos anos de 2006, 2011 e 2016



Fontes: Sinopses Estatísticas do INEP/MEC; UNIT⁷

Com a oferta massiva de vagas nos cursos à distância, as matrículas realizadas são predominantes nessa modalidade. No ano de 2016 elas representam 58,32% das matrículas nos cursos de Serviço Social (gráfico 4). É importante destacar que de acordo com o Censo, apenas 10,85% dos matriculados em 2016 estão no ensino presencial público. Além disso, a modalidade EAD também se sobrepõe a presencial em relação aos concluintes. Enquanto formaram-se 13.877 no ensino presencial, sendo 2.698 na esfera pública, o que representa um percentual de 9,17%, no ensino à distância concluíram 15.526 estudantes.

Gráfico 4 – Matriculados (as) e concluintes no curso de graduação em Serviço Social no Brasil por modalidade nos anos de 2006, 2011 e 2016



⁷ Disponível em: <https://al.unit.br/cursos/cursos-graduacao/servico-social/>. Acesso: 15 de março 2018. Os dados referentes às inscrições na modalidade EAD no ano de 2006 encontram-se ausentes na fonte original.

Em 2018, especificamente no estado da Paraíba, existem 26 instituições autorizadas a ofertar o curso de graduação em Serviço Social. Destas, 13 são presenciais – das quais apenas três são públicas. Somadas, as vagas ofertadas pelas instituições presenciais formam um montante de 1.742, das quais cerca de 21,5%, ou seja, 374 são em Universidades estaduais ou federais, conforme a tabela abaixo.

Das 26 instituições, 13 utilizam a modalidade de formação à distância, sendo todas instituições privadas. As vagas ofertadas pelas instituições de ensino à distância são exorbitantes, dado o caráter dessa modalidade. Se comparadas às vagas ofertadas pela modalidade presencial, as vagas de EAD são cerca de 62 vezes superiores às vagas ofertadas pela outra modalidade. Importante destacar que o número de vagas autorizadas pelo MEC para oferta pelas instituições, não significa necessariamente o seu preenchimento. E que essa modalidade de ensino goza de altas taxas de evasão. Ainda assim, esse dado é um importante demonstrativo da grandeza da modalidade de formação à distância no Serviço Social, dado que do total de vagas autorizadas pelo MEC para o curso no estado da Paraíba, apenas 1,6% são presenciais, e apenas 0,34% são presenciais públicas⁹.

Na medida em que o número de vagas no âmbito da formação não acompanha o número de vagas no mercado de trabalho, o resultado não pode ser outro senão o desemprego colossal e o reforço do emprego precário na categoria.

Esta realidade era apontada como tendência por Iamamoto, ainda em 2007:

O crescimento exponencial do contingente profissional, a curto prazo, traz sérias implicações para o exercício profissional e para as relações de trabalho e condições salariais por meio das quais ele se realiza. Pode-se antever um *crescimento acelerado do desemprego nessa área*, pois dificilmente a oferta de postos de trabalho poderá

⁸ Os dados dos (as) matriculados (as) na modalidade EAD no ano de 2006 encontram-se ausentes na fonte original.

⁹ Todos os dados foram retirados do Sistema de regulação do Ensino Superior, disponível no endereço eletrônico www.emec.mec.gov.br. Acesso em 01/06/2018.

acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento do contingente profissional, pressionando o *piso salarial*, a *precarização das condições de trabalho* e aumentando a *insegurança do trabalho* (p. 440).

Demonstra-se que “ocorre uma interface entre o crescimento do espaço de atuação do Serviço Social, a oferta de postos de trabalho para os assistentes sociais e o incremento das apostas do mercado da educação superior na área do Serviço Social [...] (Trindade, 2015, p. 144). É sobre isso que trata o item a seguir.

2.2. Políticas Sociais e Serviço Social: desafios contemporâneos ao exercício profissional

A precarização das condições de trabalho a que estão submetidos os assistentes sociais, não se explica apenas por uma particularidade do Serviço Social. Os assistentes sociais compõem uma categoria profissional majoritariamente contratada pelo Estado, e suas condições de trabalho devem ser compreendidas através da precarização em um sentido mais amplo, tanto com relação às “condições de acesso e inserção no mercado de trabalho protegido, quanto às condições de trabalho no espaço institucional propriamente dito” (Santos; Manfroi, 2015, p. 186).

Assim, no caso do Serviço Social, uma mediação para que a precarização do trabalho seja entendida é a política social, pois, como explicitado previamente, são estas que determinam, precipuamente, as funções e configurações do exercício profissional. O trabalho do assistente social é majoritariamente voltado para a execução destas políticas sociais, e, tendo sido estas duramente atacadas desde o advento do neoliberalismo, os rebatimentos destes ataques são diretamente sentidos na profissão.

É no marco das tendências ditadas pelos organismos multilaterais, que se enquadra, particularmente, a expansão da assistência social no Brasil, uma das principais políticas sociais que reconfiguram o espaço sócio-ocupacional do assistente social.

Em meio ao quadro geral de precarização das condições de vida e trabalho da população, e, ainda, em meio à privatização e precarização das políticas e serviços públicos, surge a tendência à focalização da pobreza e seu enfrentamento por meio de projetos assistencialistas e restritivos.

No Brasil, esta tendência se desdobra por meio da intensiva expansão da política de assistência social, no bojo da contrarreforma da Seguridade Social brasileira, em que observa-se os caminhos da precarização e privatização nas políticas de Saúde e Previdência.

Neste processo de expansão da assistência social, temos como marco a construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em 2005, com o objetivo de materializar a assistência social, conforme consignada na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. Para execução dos programas da assistência social por parte dos Estados e Municípios, foram criados os equipamentos públicos organizados na forma dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). D’onde se desdobra a contratação de assistentes sociais para composição das equipes multiprofissionais em cada um desses espaços.

Em um cenário de desestruturação das políticas sociais e de retração no papel do Estado, bem como de profundos ataques aos direitos trabalhistas e precarização geral das condições de vida e trabalho da população, esta significativa expansão da assistência social – e, portanto, do mercado de trabalho dos assistentes sociais – se dá como reprodução deste quadro de precarização.

No que diz respeito ao crescimento do mercado de trabalho, entende-se que foi a exorbitante expansão da política de assistência social a principal responsável por tal modificação. Essa afirmação coaduna com pesquisa realizada por Trindade (2015), sobre o mercado de trabalho dos assistentes sociais no estado de Alagoas, que apontou que, se em 2003 a principal área de atuação do Serviço Social no estado era a saúde (53,77% das instituições), seguido da assistência (24,53%), em 2009 observa-se uma inversão nos campos de atuação: assistência social (50,51%) e saúde (42,26%).

Em relação à expansão do mercado de trabalho no estado da Paraíba, segundo dados fornecidos pelo CRESS/PB¹⁰, havia, em 2006, 1.487 profissionais inscritos e em 2017, 4.485 profissionais inscritos. Ou seja, houve, no período entre 2006 e 2017, um crescimento de cerca de 300% dos profissionais inscritos na seccional paraibana do Conselho, dos quais, cabe destacar, no ano de 2017, 567 dos inscritos foram formados à distância e encontram-se em pleno exercício profissional ou em condições para tal.

Isto posto, trata-se de entender as características da expansão do mercado de trabalho de assistentes sociais, buscando particularizar sua precarização.

Ainda em 2003, Trindade (2015) afirmava que em termos de vínculo empregatício, apenas 12,5% dos assistentes sociais que trabalhavam no interior do estado de Alagoas possuíam vínculo efetivo, derivado de concurso público. Os vínculos empregatícios mais frequentes, no momento da pesquisa, eram prestação de serviço (37,5%) e cargo comissionado (31,25%).

Dez anos depois, e em pesquisa específica sobre o vínculo empregatício dos trabalhadores da política de assistência social, dados do Censo SUAS 2013 mostram uma realidade semelhante aos resultados da pesquisa de Trindade. Dos profissionais que atuavam nos CRAS de todo o país naquele ano, 33,7% eram servidores estatutários, 7,2% empregados públicos (CLT), 10,0% ocupavam cargos comissionados e 49,1% outros vínculos não permanentes (Paz, 2015). Os números são praticamente idênticos se observados os vínculos empregatícios dos profissionais que atuavam nos CREAS em todo o país em 2013.

Este cenário se expressa também no estado da Paraíba. Com o crescimento exorbitante de vagas para ingresso no curso de Serviço Social e, posteriormente, de profissionais recém-formados, dadas as variadas formas de ingresso, já aduzidas anteriormente neste trabalho, o mercado de trabalho não consegue absorvê-los. Segundo os dados colhidos das Sinopses Estatísticas do

¹⁰ Dados fornecidos pelo CRESS/PB em atendimento à solicitação de informações para realização desta pesquisa.

INEP/MEC, apenas em 2016 formaram-se, no estado da Paraíba, cerca de 760 bacharéis em Serviço Social.

Em contrapartida, demonstrou-se, através do resultado de pesquisa documental realizada, em que efetivou-se o levantamento de editais de concursos públicos realizados entre os anos de 2015 a 2017, no estado da Paraíba, a pouca absorção da força de trabalho por meio de vínculos estáveis. Nesse período foram realizados 56 concursos, somando 104 vagas disponibilizadas para assistentes sociais.

Na mesma pesquisa, conseguimos também observar outros dados importantes de serem remetidos. Um deles refere-se à área de atuação para as quais foram realizados os concursos públicos: 48,2% dos editais não especificavam em qual área estes profissionais iriam exercer sua função; assistência aparece como área para 32% dos editais e menos de 20% nas demais áreas.

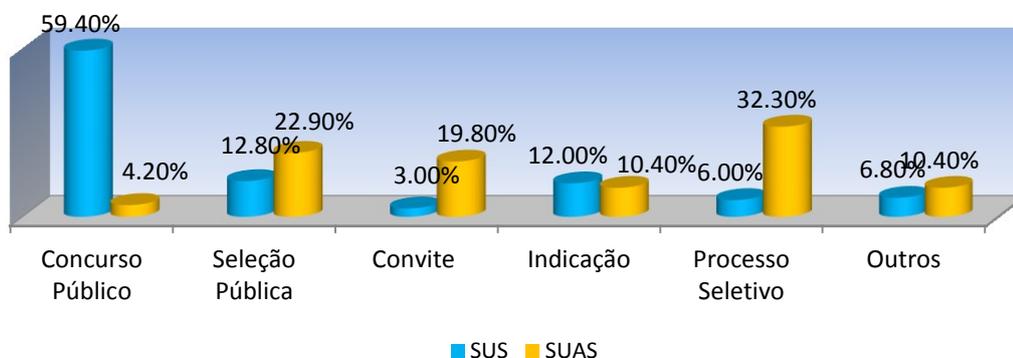
Outro dado relevante diz respeito ao nível salarial, como anteriormente já discutido, a produção “sobrante” de força de trabalho do Serviço Social traz consigo diversos problemas que aludem nos insatisfatórios salários ofertados pelos órgãos públicos ou privados. Os dados coletados por esta pesquisa demonstram que 20,5% dos concursos ofereciam como remuneração R\$1.200,00 e mais 20,5% apresentavam R\$1.500,00. Há, ainda, 12% dos editais que apresentavam a remuneração de R\$1.000,00 apenas. Outras faixas salariais, não muito acima destas, somam 46,9% dos editais.

O traço da precarização das condições de trabalho – que extrapola o vínculo empregatício – está diretamente ligado não apenas à expansão da assistência, mas a necessária vinculação entre expansão-interiorização. Segundo Santos (2014), em pesquisa sobre a expansão e interiorização do Serviço Social na Política de assistência social, realizada no estado do Rio Grande do Norte, dos 89 municípios pesquisados, apenas cinco possuíam assistentes sociais antes da criação do SUAS. E nesse processo de criação de novas vagas, a autora demonstra os mesmos traços de precarização já assinalados.

Ou seja, se a expansão do mercado de trabalho se deu, principalmente, pela via da interiorização da assistência social há que se considerar o possível reforço do trato histórico dado à assistência brasileira, antes mesmo de ter estatuto de política social, por parte dos governos, sobretudo municipais – o clientelismo. Entende-se que essa prática é usada não apenas na gestão dos benefícios, mas também dos recursos humanos. Conforme os resultados da pesquisa de Santos (2014), que relata que a ocupação dos postos de trabalho de assistentes sociais nos CRAS tem se dado frequentemente, “por meio de indicação dos gestores do poder público, tais como secretários da assistência social, vereadores, prefeitos ou correligionários políticos dos partidos a que os gestores estão vinculados [...]” (p. 67/68).

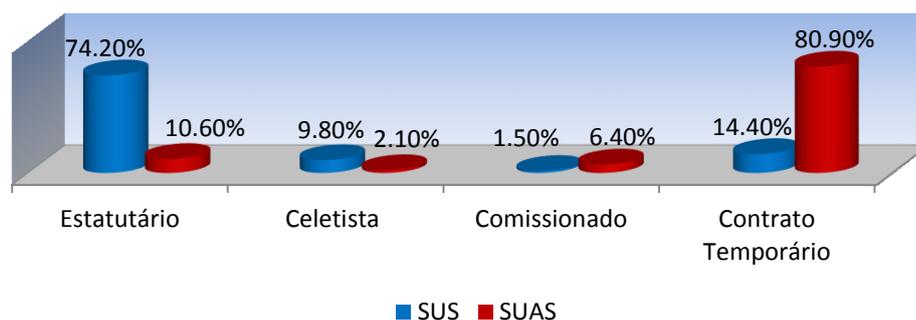
Ainda nessa perspectiva, em pesquisa realizada no estado da Paraíba no ano de 2012, verificou-se a discrepância entre os vínculos empregatícios e formas de ingresso de assistentes sociais nas políticas de saúde e assistência, conforme demonstram os gráficos abaixo.

Gráfico 5 – Forma de ingresso de assistentes sociais nas políticas de saúde e assistência no estado da Paraíba



Fonte: Reprodução. Dantas, 2013

Gráfico 6 – Vínculo empregatício de assistentes sociais nas políticas de saúde e assistência no estado da Paraíba



Fonte: Reprodução. Dantas, 2013

Expressa-se, desse modo, a forte tendência à precarização, cada vez mais acentuada, do mercado de trabalho para assistentes sociais, através das formas de ingresso no exercício profissional, os vínculos empregatícios, os níveis salariais, bem como o conteúdo e a direção social do trabalho, cada vez mais destinados à administração pontual das expressões da questão social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo dados do CRESS/ES¹¹, a categoria dobrou de tamanho no quinquênio 2008-2013, chegando a 150.000 (cento e cinquenta mil) profissionais. Ou seja, em apenas cinco anos, cresceu a mesma quantidade que nos seus primeiros setenta anos de existência. E continua existindo essa tendência de crescimento.

Destarte, percebe-se uma intrínseca relação entre expansão dos cursos de graduação em Serviço Social e a expansão do mercado de trabalho. E ambas expansões caminham no sentido da precarização.

Coloca-se, nesse cenário, um processo de reconfiguração do perfil profissional do assistente social, contrário à perspectiva idealizada nos marcos do projeto ético-político do Serviço Social. O que se encontra em andamento antagoniza com a tradição teórica da profissão, sua cultura intelectual e seu legado histórico no campo da criticidade.

¹¹ Disponível em: http://www.cress-es.org.br/site/index.php?view=details&id=252%3A15o-congresso-brasileiro-de-assistentes-sociais-cbas&pop=1&tmpl=component&option=com_eventlist. Acesso em: 12/06/2017.

Entende-se que as graduações presenciais, onde se incluem as IES públicas, passam por inúmeros desafios na perspectiva de uma formação profissional crítica, o que muitas vezes as distancia do que prevê as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. A precarização do trabalho docente, as limitadas ofertas de experiências em pesquisa e extensão, a insuficiente assistência estudantil, que leva parte do alunado ao desafio de conciliar trabalho com estudo, entre tantos outros elementos, têm levado a uma formação profissional em diversos aspectos débil e limitada, o que posteriormente acaba por repercutir no perfil profissional desta categoria.

Somando estas debilidades às atuais características do mercado de trabalho, temos um complexo cenário em que despontam possíveis e necessárias investigações acerca dos rumos da categoria profissional.

Trata-se de uma urgência entender os desafios postos ao Serviço Social na contemporaneidade. Considera-se um patrimônio político não apenas da categoria, mas de toda a classe trabalhadora, a cultura intelectual e os compromissos ético-políticos hegemonicamente assumidos por esta profissão nas últimas décadas. Em tempos de recrudescimento da barbárie, a defesa deste patrimônio torna-se indispensável. E para defendê-lo, torna-se necessário entendê-lo em meio as mudanças que se encontram em curso. É em meio a este propósito que situou-se este artigo.

4. REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: 1996. Disponível em www.abepss.org.br. Consultado em 10/09/2014.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a assistente social**. 10 ed. Brasília: CFESS, 2011.

_____. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Volume 2. Brasília, 2014.

DANTAS, Vanessa Cordeiro. **Tendências do mercado de trabalho profissional nas políticas de saúde e assistência social no estado da Paraíba**. 2013. 69 f. Monografia (Graduação em Serviço Social). Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

LIMA, Kátia. **Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século**. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz T. **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 1-26, 2013.

LUCAS, Luiz Carlos Gonçalves; LEHER, Roberto. Aonde vai a educação pública brasileira? **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, ano 22, n. 77, p. 255-266, 2001.

MARANHÃO, Cezar Henrique. Acumulação, Trabalho e Superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: Mota, Ana Elizabete.. (Org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 93-129.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas e RAIS, Caroline Beatriz Rangel. Indicadores de Pobreza nas políticas sociais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luiz: UFMA, v.17, n.01, 2013. Pp.1-18. Disponível em: <http://www.periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1728>.

MELIM, Juliana Iglesias. Educação a distância e a distância da educação: apontamentos para o debate sobre exercício e formação profissional em Serviço Social. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, V. 15, n. 2, 2016.

MOTA, Ana Elizabete. **A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000**. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. Das ameaças à crise. **Revista Inscrita**, Brasília, ano 7, n. 10, nov. 2007.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. **A precarização no trabalho do assistente social na política de assistência social**. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/a-precariizacao-no-trabalho-do-assistente-social-na-politica-de-assistencia-social.pdf>. Acesso: 14 jun. 2017.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade EAD no Brasil: análise da tendência à desqualificação profissional. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz T. **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Tendências do mercado de trabalho do Serviço Social: descobertas e inquietações a partir da pesquisa sobre a realidade de Alagoas (1998 a 2010). In: TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes; LINS, Maria Alcina Terto. (orgs.) **Assistente Social: trabalhador/a assalariado/a**.

Fundamentos teóricos e históricos para uma análise crítica. – Maceió:
EDUFAL, 2015. 190 p.